

ERNESTO LOZARDO

# A equação do crescimento econômico

Este ano deverá ser caracterizado como sendo o da consolidação do Plano Real. Isso significa dizer que o produto nacional e as oportunidades de trabalho crescerão pouco, mas com um nível de inflação possivelmente próximo a 14% ao ano. Embora essa inflação prevista venha a ser a mais baixa na história do País, beneficiando as classes de menor poder aquisitivo, o custo de vida continua sendo muito elevado.

Como será possível torná-lo incompatível com, inflação inferior a 15% ao ano? Somente com o crescimento econômico que propicie uma ampla oportunidade de trabalho nos diferentes setores da economia, para as diferentes qualificações de mão-de-obra. Mas como que se opera esse milagre dos países na política econômica? Existem alguns caminhos e atalhos, mas me concentrarei na via principal para se alcançar a meta desejada: crescimento com distribuição de renda, estabilidade de preços e redução do custo de vida.

Para eliminarmos alguns caminhos do trajeto do crescimento, devo ressaltar que a proposta de abertura da economia, sem se ter, primeiramente, obtido a estabilidade macroeconômica, trata-se de uma política que nos levará à recessão, altas taxas de inflação e de juros. A tese de que somente com maior abertura da economia ao



**A elevada poupança passará a ser a âncora do progresso econômico**

comércio internacional promoverá crescimento com estabilidade nos preços existente somente nos livros de economia, mas não na prática.

Nas condições atuais da economia brasileira, não se pode de imaginar que o Plano Real venha impulsionar o crescimento por meio de juros reais mais baixos, digamos algo em torno de 9% ao ano, para estimular investimentos na capacidade de produção e o consumo, câmbio valorizado para garantir a estabilidade de preços, facilitando a entrada de capitais externos. Isso é ilusão. O País não conta com capacidade de produção, com oferta de energia elétrica, com portos e meios de transportes

internos que possibilitem uma taxa de crescimento econômico acima de 4% ao ano. O único caminho de acesso às altas taxas de crescimento econômico com distribuição de renda é por meio de uma rápida e crescente formação de capital, ou seja: elevada taxa de poupança interna.

A poupança total do País está dividida em pública, privada e externa. No passado, atribuiu-se à entrada da poupança externa como sendo uma contribuição importante para o crescimento. Ela representaria a complementação da escassez da poupança interna. Isso não foi verdadeiro. A poupança externa tem seu papel na for-

mação de capital e de investimentos internos, mas ela pode se tornar um componente da estabilidade macroeconômica na medida em que encontrar uma expressiva participação das poupanças interna, pública e privada, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Portanto, ela atua em conjunto com as poupanças internas.

Dados recentes do Ipea revelam que o nível da poupança nacional tem se reduzido no período de 1992-94, em relação a 1987/91. Entre 1987/91, a poupança pública atingiu 1,4% e a privada 21,5% do PIB. No período seguinte, de 1992/94, a pública ficou negativa em 1,4% e a privada 22,1% do PIB. A poupança externa também caiu de 0,2% para -0,7% do PIB. A movimentação da poupança externa, o capital internacional, nesse período, confirma o que dissemos: ela entra e sai do País dependendo do comportamento das poupanças internas.

A poupança total decresceu de 23% para 20% nesses períodos. Para que o Brasil possa crescer a uma taxa superior a 6% ao ano, com estabilidade macroeconômica, promovendo distribuição de renda, a poupança interna precisará saltar para algo em torno de 28% do PIB. Com a fantástica queda e estabilidade de preços alcançada pelo Plano Real, é possível que no ano de 1995 a poupança interna tenha crescido para algo próximo de 23% do PIB, embora tenha apresentado uma taxa de crescimento do PIB de 4%. Crescimento esse compatível com a poupança interna. No entanto, o País precisará crescer a uma taxa não

inferior a 6% nos próximos anos. Para tanto, o País precisará poupar muito mais.

A reforma fiscal do governo que busca a melhor distribuição de receita e despesas entre União, Estados e municípios deve ser norteada para aumentar a poupança do setor público. Essa poupança deriva do resultado positivo da receita corrente para cobrir os gastos de consumo e os juros das dívidas interna e externa do setor público. O nível desejado de poupança pública seria algo em torno de 3%, e a privada 25% do PIB. Nessa direção, um dos passos importantes a ser dado seria incorporar a previdência oficial à complementação da previdência privada. Essa combinação reduzirá os encargos públicos, propiciando mais poupança pública. No passado, os recursos da previdência social, bem como os dos fundos fiscais de investimentos contribuíram, expressivamente, para o desenvolvimento regional do País.

Diante do que expusemos, à medida que a reforma fiscal ganhe terreno na direção de aumentar a poupança total, da pública em particular, estimulando a formação do aumento do estoque de capital interno, tanto a estabilidade macroeconômica estará assegurada como a possibilidade de se avançar na abertura da economia brasileira às oportunidades do comércio internacional. Desse modo, o elevado nível da poupança passará a ser a âncora do progresso econômico e da melhor distribuição de renda no País.

■ Ernesto Lozardo é economista